

ASPECTOS DA OCUPAÇÃO, DA FORMAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E DAS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM RURAL NO TERRITÓRIO PARANAENSE

Sergio Fajardo

Prof. Depto, Geografia da UNICENTRO - Guarapuava (PR)
Doutorando em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente (SP)
sergiofajardo@hotmail.com

RESUMO

O trabalho aborda a formação territorial do Paraná enquanto fruto de um processo econômico. Os objetivos do presente artigo incluem, nesse sentido, uma análise teórica inicial dessa realidade colocada. As fases, historicamente identificadas, apontam para uma ocupação espacial e temporal segmentada, onde a estrutura produtiva organiza-se em consonância com processos gerais da economia nacional, caracterizada por dependência da lógica externa. O território paranaense, organizado periféricamente em relação a São Paulo no século XX, continua, atualmente, extremamente dependente dos setores agropecuário e agroindustrial. Esse fato tem interferido diretamente nas políticas de desenvolvimento regional. Como resultado da ação empresarial que reproduz a territorialidade econômica no espaço rural, as transformações acabam por definir também profundas alterações nas paisagens regionais.

Palavras-Chave: Território paranaense; Economia Regional; Paisagem rural.

ASPECTS OF THE OCCUPATION, FORMATION OF THE PRODUCTIVE STRUCTURE AND TRANSFORMATIONS IN THE AGRICULTURAL LANDSCAPE IN PARANA STATE TERRITORY (BRAZIL)

ABSTRACT

The work approaches the formation territorial of the resultant Paraná while of a economic process. The objectives of the present article include, in this direction, an initial theoretical analysis of this placed reality. The phases, historically identified, point with respect to segmented a space and secular occupation, where the productive structure is organized in accord with general processes of the national economy, characterized for dependence of the external logic. The Paraná State territory, peripheral in relation the São Paulo State, in century XX, continues, currently, extremely dependent of the sectors farming and agro-industrial. This fact has intervened directly with the politics of regional development. As result of the enterprise action that reproduces the economic territoriality in the agricultural space, the transformations finish for also defining deep alterations in the regional landscapes.

Key-Words: Parana State territory; Regional Economy; Agricultural landscape.

INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná é caracterizado, historicamente, por um povoamento que teve orientação nas

Recebido em 19/10/2006
Aprovado para publicação em 18/01/2007

diversas fases econômicas pelas quais percorreu (tropicismo, madeira, mate, café e soja). Estas fases resultaram num processo de povoamento irregular, onde parcelas do território foram sendo ocupadas segundo as motivações de exploração econômica do momento.

O início do povoamento, ainda no período colonial, envolve as disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Como a maior parte do atual território paranaense pertencia à Espanha, o problema de demarcação do território que seria o Paraná entre os séculos XVI e XVIII dificulta um esboço mais claro de sua ocupação nessa época. Esse período de dominação espanhola na parte ocidental do Paraná foi caracterizado pela instalação de vários povoados e reduções jesuíticas. A “Província del Guayrá”, a qual pertencia boa parte do atual território paranaense, tinha a população indígena, de milhares de pessoas, desenvolvendo atividades como o plantio de milho, mandioca, criação de gado e extração de erva mate, além de outras ocupações (SANTOS, 2001, p. 19-20). No século XVI todas as reduções acabaram destruídas pelos bandeirantes paulistas

Mesmo após os tratados (como de Santo Ildefonso em 1777) e conflitos já no período imperial, como a Guerra do Paraguai, persistiram as dificuldades de fixação do território desmembrado da Província de São Paulo em 1853 (PADIS, 1980, p. 9-10). As disputas com Paraguai e Argentina e, posteriormente, com Santa Catarina (na questão do Contestado) avançaram até o início do século XX. Com isso, o Paraná viveu quase quatro séculos de estagnação econômica (NICHOLLS, 1971, p. 28).

O início de um “esboço” do processo de industrialização tem suas raízes ainda no período do ciclo da Erva-mate. A chegada de imigrantes europeus contribuiu na composição dessa fase inicial da indústria, caracterizada pelo beneficiamento e empacotamento da erva-mate (OLIVEIRA, 2001, p. 24), aliada à exploração da madeira e a produção do café na região norte do Estado, a economia paranaense foi se constituindo.

É preciso enfatizar que o processo de ocupação econômica do território paranaense seguiu direcionamentos distintos no tempo e no espaço, por meio de incursões e fluxos não muito definidos.

MOMENTOS DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO PARANÁ

Ao tratar da evolução da estrutura agrária no Paraná, Konzen e Zapparoli (1990, p. 159-161) apontam a existência de sete grandes “ciclos”² no processo de ocupação. Estes seriam:

- Escravo-indígena: iniciado com o estabelecimento de reduções jesuíticas que abrangiam várias regiões com as iniciativas espanholas de catequização indo até o período da ação dos bandeirantes paulistas.
- Mineração: com a busca de ouro entre o final do século XVI e início do século XX, há o surgimento dos primeiros povoados (portugueses) no litoral paranaense como consequência da mineração. Com o esgotamento do ouro estabelece-se uma agricultura de subsistência.
- Tropicismo: áreas de campo (como em Ponta Grossa, Palmas e Guarapuava) tiveram sua ocupação influenciada diretamente pela passagem de tropas (a partir do início do século XVIII) vindas do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba. Foi uma ocupação, entretanto, esparsa, mas que contribuiu ao surgimento de núcleos populacionais importantes.
- Erva-mate: desde o período colonial, a exploração da erva-mate (planta nativa do Paraná) representou importante atividade, sobretudo durante o século XIX quando passou a ser beneficiado.
- Madeira: entre o final do século XIX e início do século XX a madeira, além da exploração para consumo interno (relacionado inclusive com a produção do mate) a madeira atraiu capitais estrangeiros e passou a compor a pauta de exportações no Paraná. A instalação de várias madeireiras, até as primeiras décadas do século XX, ilustra bem o momento. Tal exploração atingiu regiões como o norte paranaense no momento de desmatamento com a introdução da lavoura cafeeira, enquanto o mate proporcionou a exploração inicial com a presença de capitais estrangeiros.
- Café: na visão dos referidos autores (KONZEN e ZAPAROLI, 1990, p. 159-161) este representaria o sexto ciclo na histórica econômica paranaense. O café ganha espaço no Paraná a partir da crise da economia ervateira e avanço da economia madeireira. A cultura cafeeira foi predominantemente

² Ainda que essa terminologia “ciclos” é considerada aqui inadequada, entendendo que o termo “fases” é mais apropriado, essa relação com o processo global de formação econômica do país é interessante.

efetuada no norte do Paraná, quase que como uma extensão do café paulista. Mas como a ocupação do norte paranaense se realizou em três épocas distintas, a própria regionalização do “norte” foi compartimentada. Assim, o chamado “norte velho” foi o primeiro espaço ocupado (nas áreas entre os rios Itararé e Tibagi) pelos pioneiros. Entre os rios Tibagi e Ivaí (“norte novo”) predominou a colonização dirigida (destacando a os empreendimentos da Cia. De Terras Norte do Paraná, denominada mais tarde Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná) e além do rio Ivaí até o Paraná, além de uma colonização dirigida, problemas fundiários (como conflitos com posseiros) caracterizaram a ocupação. O café passou a dominar a paisagem, sendo explorado principalmente em pequenas propriedades (muitas instaladas na colonização dirigida pelas companhias colonizadoras).

- Soja, policultura e pecuária: Foi a partir dos anos de 1950 que teve início uma diversificação da agricultura paranaense com o plantio em escala comercial de algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, amendoim, rami, fumo, hortelã e soja. Além disso, intensificou em algumas regiões (como noroeste, oeste e sudoeste) a criação de bovinos e suínos. Mas no caso da soja, a expansão dessa cultura foi extraordinária a partir da introdução da mecanização e adoção das novas tecnologias (novas variedades de sementes, adubos, agrotóxicos, enfim, todo conjunto de insumos da chamada “revolução verde”). No norte essa expansão coincide com o declínio e crise da lavoura cafeeira, que passou a ser substituída pelas “lavouras modernas”.

É preciso deixar claro que essas fases da economia paranaense (basicamente resumidas na estruturação da produção agrícola) não se sucederam uma suprimindo a outra. Na realidade, houve sempre a presença das atividades de uma ou outra fase ao mesmo tempo, mas de modo em que a crise de uma elevasse a participação da outra. O esgotamento de uma atividade, ainda que nunca por completo, se daria então como um processo de declínio da produção. Pode-se notar atualmente inclusive, a atividade ervateira e madeireira ainda presentes em certas regiões do Paraná, porém num contexto diferente da época em que possuíram um papel decisivo nos intuitos da constituição da autonomia econômica estadual.

Pelo exposto, no que diz respeito à ocupação populacional, o que se pode afirmar categoricamente é que toda a penetração populacional foi movida fundamentalmente pela atividade econômica. Assim deduz-se que essa fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas só foi possível sustentada por uma atividade econômica permanente (PADIS, 1980, p. 37). A ocupação, então, obedeceu a ritmos determinados pela motivação da própria atividade econômica em questão, nas várias regiões do Paraná.

A segmentação da ocupação, como visto, concretizou-se nas chamadas “frentes pioneiras”. O Estado do Paraná atravessou fases econômicas onde predominavam uma ou outra atividade. Recapitulando a ocupação do território paranaense, temos uma primeira motivação econômica sendo a exploração de ouro no período colonial, mas com curta duração e pouco significado, ainda que tenha dado origem a povoados como Morretes e Paranaguá, nas primeiras incursões portuguesas no território (SOUZA, 1971, p. 47).

Um relevante fator de ocupação territorial foi o denominado “tropeirismo”. A região que representava o “caminho do gado” obteve no desenvolvimento da pecuária extensiva uma rentável atividade (SOUZA, 1971, p. 49). Resultado desse fluxo, onde gado e charque oriundos do Rio Grande do Sul com destino à Sorocaba (e de lá em direção ao abastecimento zonas de mineração em Minas Gerais) atravessavam o território paranaense, muitos povoados e, posteriormente, cidades, são fundados, tendo como atividade principal a própria pecuária extensiva. Essa atividade desenvolve-se, sobretudo, nas áreas de campo. Um exemplo claro dessa ocupação tradicional dos campos com pecuária é a do município de Guarapuava (BERNARDES, 1953, p. 338). Tal fato repetiu-se na fundação de povoados que originaram cidades nos campos gerais e mesmo na região de Curitiba.

No entanto, as atividades econômicas mais expressivas têm início com a exploração da erva-mate que dominara o cenário paranaense até o período de sua emancipação em meados do século XIX e com a exploração da madeira (PADIS, 1981, p. 55 e 68).

Em suma, a ocupação avançou sob a forma “frentes” que definiram e caracterizaram os espaços regionais de acordo com o momento histórico e a atividade econômica predominante, bem como a

área de origem desses movimentos. Deste modo, pode-se distinguir três ocupações segmentadas, espacialmente e temporalmente: a ocupação do “Paraná Tradicional”, a ocupação do “Norte paranaense” e a ocupação do “Oeste e Sudoeste paranaense”. Não se trata aqui de uma regionalização administrativa oficial, mas de um recorte definido pela espacialidade do processo histórico de povoamento e ocupação econômica do território.

FORMAÇÃO DE UMA TERRITORIALIDADE ECONÔMICA “PERIFÉRICA” NO PARANÁ

Durante o século XX o Paraná conclui seu processo de ocupação econômica com o esgotamento da fronteira agrícola, passando de um Estado com forte poder atrativo de população no período auge da cafeicultura, por exemplo, para uma das unidades da federação brasileira que tiveram menor crescimento populacional entre os anos 1980 e 1990.

Alteram-se as relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parcela significativa desses emigrantes rurais se transfere para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. Nesse processo, ampliam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. Ao mesmo tempo extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. Dessa forma, o Paraná, de receptor, passa a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país, e se até esse período se destacava em função do forte ritmo de incremento de sua população, passa a apresentar o menor crescimento populacional dentre as UF brasileiras. (MAGALHÃES e KLEINKE, 2000, p. 30).

Analisando o caráter “periférico” da economia paranaense (PADIS, 1981), notaremos que fatores e interesses externos direcionam todo o processo de ocupação afetando diretamente a mobilidade populacional. Por outro lado, há um crescimento na área dos estabelecimentos rurais após 1970 em todas as regiões do Paraná (KONZEN e ZAPAROLLI, 1990, p. 162-168), o que demonstra a conhecida associação entre a concentração fundiária, a introdução de lavouras modernas mecanizadas e a urbanização.

Aspectos da ocupação do “Paraná tradicional”

O povoamento no Paraná realizou-se de modo irregular (BERNARDES, 1952, p. 53). Na sua primeira fase de ocupação a penetração foi realizada por iniciativas isoladas, individuais. Excetuando a ocupação ocidental pelos espanhóis, não houve, nos primeiros momentos (no período colonial) um planejamento efetivo, sendo escasso o povoamento.

O desenvolvimento da pecuária em núcleos que iam de Curitiba até Guarapuava foi estimulado pelo declínio na procura de ouro, que motivara a presença inicial dos portugueses a partir do litoral paranaense (SOUZA, 1971, p.48-49). Do ponto de vista econômico, a ocupação tradicional foi efetivada também pela passagem das “tropas” que estabeleciam pontos de fixação, sendo que esses vários núcleos fundados constituíram logo depois (no século XVIII) zonas produtoras, com sesmarias sendo requeridas em número cada vez maior (BERNARDES, 1953, p. 435). O aproveitamento das pastagens naturais das áreas de campos (que cortam boa parte do Paraná) foi fundamental à essa atividade.

Por volta de 1850, a maioria dos campos do Paraná e dos estados vizinhos do sul tinham sido ocupados, sendo que os distantes produtores de gado do Rio Grande do Sul dependiam principalmente da exportação de couro e do charque, encontrando este último um mercado considerável nas cidades-porto do Nordeste. (NICHOLLS1971, p. 29).

Com o esgotamento e declínio da pecuária extensiva são buscadas novas alternativas econômicas. Sendo as áreas tradicionais de ocupação, ricas em mata nativa de araucárias (NICHOLLS, 1971, p. 29), a exploração da madeira e da erva-mate (presente na mata nativa) foi a

saída encontrada.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a erva-mate e a madeira passam a representar importantes fontes de divisas ao Paraná. No caso da produção ervateira, essa atravessou várias crises (PADIS, 1981, p. 49-64), e acabou por perder o posto de produto hegemônico para o café, que vinha em plena expansão em São Paulo, já avançando as fronteiras paranaenses. Macedo, Vieira e Meiners (2002, p. 8-9) relacionam a “Economia do mate” à fase dos chamados “arquipélagos regionais”³ (THERY, 2001, p. 396), onde a articulação com a economia nacional se daria de forma dependente e periférica em relação ao centro dinâmico (São Paulo) como na análise de Padis (1981). De certa forma, o isolamento da economia do mate deixava esse tipo de produção muito exposto a sua relação com o mercado exterior e novas conjunturas terminariam por provocar sua estagnação completa.

No final dos anos 20, inicia-se o declínio da atividade primário-exportadora e a economia paranaense entra em total retrocesso, uma vez que o setor secundário inexistia e a dinamicidade do terciário dependia dos dois primeiros (PEREIRA, 1995, p. 33).

Naquele momento, na década de 1920, as possibilidades da economia paranaense estavam muito limitadas e seu aparato infra-estrutural era extremamente deficiente (PADIS, 1981, p. 75). A precariedade econômica conhece novos horizontes somente com um novo surto de ocupação no norte do Estado.

Algumas considerações sobre a ocupação do norte paranaense

A região Norte do Estado do Paraná constituiu-se, historicamente na principal região agrícola paranaense “[...] face a sua potencialidade ecológica para as atividades agropecuárias (clima, relevo, solo) [...]” (MORO, 2000, p. 353). Mas o início da ocupação efetiva da maioria da extensa área que engloba todo o norte do Estado se deu há cerca de oitenta anos.

A maior parte do norte do território paranaense teve sua ocupação intensificada apenas nas primeiras décadas do século XX. Essa vasta região⁴ constitui numa das áreas do país onde os problemas estruturais e desenvolvimento da agropecuária são perceptíveis de modo mais acentuado (KOHLHEPP, 1991, p. 79). No início predominava uma colonização espontânea que acompanhou o percurso futuro da ferrovia São Paulo-Paraná, que alcançaria o rio Tibagi somente em 1932 (NICHOLLS, 1971, p. 32), com pioneiros adentrando a região por iniciativas isoladas, dando lugar mais tarde a uma colonização dirigida (KONZEN e ZAPAROLI, 1990, p. 160-161).

Segundo Padis (1981) trata-se de um verdadeiro “fenômeno” de movimento ocupacional, um acontecimento que se processou de forma muito rápida com efeitos surpreendentes. Tendo sido ocupada uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados que em menos de quarenta anos se transformou de mata densa despovoada em região de quase dois milhões de habitantes em 1960.

A derrubada das imensas matas primitivas a partir de 1935 a oeste do rio Tibagi com a expansão da cafeicultura (MAACK, 1968, p. 201) ilustra o período em que um Estado em dificuldades (entre as duas Guerras Mundiais) faz dessas terras públicas um alvo de um dos maiores investimentos imobiliários privados que se tem notícia. Concessões de terras a empresas de colonização privada foram responsáveis pelo “loteamento” da boa parte do norte paranaense, atraindo capital estrangeiro para ocupar as terras.

³ Na discussão sobre o “Brasil arquipélago”, SANTOS e SILVEIRA (2004, p. 31-36) demonstram que a formação histórica da economia brasileira está relacionada diretamente com existência de zonas econômicas que até o início do século XX eram desarticuladas internamente e existiam em função do exterior. O processo de integração ocorre durante o século XX, concentrando em São Paulo o desenvolvimento industrial.

⁴ Não pretende-se aqui definir o norte paranaense enquanto uma região administrativa específica pois na regionalização oficial (feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) encontram-se várias divisões em que um ou mais “nortes” aparecem no Estado do Paraná. Tal fato também deve ser considerado quanto ao Oeste e Sudoeste que tiveram alterações nas sucessivas divisões regionais.

Em decorrência de tal política foi fundada em 1925 uma companhia de terras, a Companhia de Terras Norte do Paraná (subsidiária da Paraná Plantation Ltd of London). Tendo adquirido 4.806 milhas quadradas de terras do Estado não reclamadas na Zona Nova, essa companhia particular de terras e sua sucessora brasileira (1944) merecem inteiramente todo crédito por terem executado o esquema de colonização mais bem sucedido na História do Brasil, seja público ou privado. Apesar de que outras companhias de terras também desempenharem um papel menos importante, a ocupação intensiva da Zona Norte começou com a fundação em 1929 pela CTNP da cidade de Londrina (*Pequena Londres*). (NICHOLLS, 1971, p. 33).

Foi justamente esse fracionamento das terras (em solos férteis de origem basáltica) por companhias particulares o responsável pelo êxito na implantação da cultura cafeeira (CANCIAN, 1981, p. 87), ainda que os propósitos iniciais da Companhia de Terras Norte do Paraná fossem o cultivo de algodão. Fatores conjunturais levaram a uma mudança de planos e o direcionamento tomado foi essencialmente um planejamento que encaixado perfeitamente no modelo de produção e escoamento do café que se conseguiu alcançar. O baixo preço dos lotes (com tamanho médio variando entre 3 e 15 alqueires) e as facilidades de pagamento permitiram que um número muito grande de colonos oriundos principalmente de São Paulo e também Minas Gerais (e em menor número do Nordeste brasileiro) viessem para a região entre as décadas de 1930 e 1950 com vistas à produção de café.

As dimensões das propriedades condicionaram, evidentemente o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume de capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força-de-trabalho da família era suficiente para atender as necessidades de cultivo. (PADIS, 1981, p. 106).

O café alcançou o Paraná desde o início dos anos de 1920, mas na época a produção não era proveniente da região norte do estado, mas das áreas próximas a Curitiba em direção ao litoral e a Ponta Grossa e Castro, em regiões de solos inadequados e climas impróprios (PADIS, 1981, p. 114). Porém, quando a cultura atinge as áreas colonizadas no norte paranaense o desenvolvimento da cafeicultura é tão rápido e fulminante que em pouco tempo (nos anos de 1950) a região torna-se a principal produtora do país.

A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aí encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para essa cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.176).

Mas ainda que a cafeicultura no Paraná fosse uma continuação da lavoura paulista em expansão, o Paraná desempenhou historicamente um papel distinto. A particularidade vai desde o modelo de ocupação das terras divididas em pequenos lotes pelas companhias colonizadoras até a conjuntura do setor cafeeiro à época da ocupação, que proporcionou ao Paraná vantagens devido às restrições do cultivo em São Paulo num momento de declínio da cultura nesse e em outros estados (FAJARDO, 2000, p. 26). Ou seja, claramente numa condição oposta a São Paulo, o que descaracterizaria a visão de simples extensão da lavoura paulista.

Assim, o café adentra o norte do Paraná na medida em que a lavoura entra em crise em São Paulo, devido à proibição do plantio naquele Estado (CANCIAN, 1981, p. 140). Portanto, ainda que o desenvolvimento regional do norte do Paraná seja, numa visão superficial, relacionado ao desenvolvimento de São Paulo, elevado como principal núcleo econômico nacional (GEIGER, 1970, p. 161), o caso paranaense é distinto pelas características sócio-espaciais e fundiárias da ocupação e pelo momento histórico da cultura cafeeira.

Mas como essa atividade era quase que exclusivamente voltada ao mercado exterior, surgiram dificuldades de comunicações que interligassem a região a São Paulo levaram a construção de uma rodovia e em seguida da conexão ferroviária com a Sorocabana que atingia Ourinhos (PADIS, 1981, p. 88). Deve-se ressaltar o papel da colonização pelas companhias particulares no esforço de expansão dessas rodovias, sobretudo pelas necessidades infraestruturais que tinham

de ocupar a região em meados da década de 1920, obviamente contando com as iniciativas públicas.

A estrutura montada na colonização dirigida permitia que se formasse no norte paranaense um impressionante arranjo territorial onde núcleos urbanos bem próximos uns aos outros, estavam interligados por estradas e ferrovias que davam acesso à região. Com pleno desenvolvimento da cafeicultura uma série de armazéns e unidades de beneficiamento consolida essa rede de escoamento da produção cafeeira construída. O fator econômico mostra-se mais uma vez, na associação entre os esforços públicos de ocupar a região com os projetos imobiliários privados, como grande definidor territorial.

Se em 1970 o norte do Paraná se assemelhava a uma colcha de retalhos onde o café dominava a paisagem em meio a lavouras temporárias e gado (CANCIAN, 1981, p. 140), nesse momento o declínio da atividade cafeeira fará com que um momento de transição para outra grande transformação para economia estadual surja no campo. O problema da “superprodução”, e a saturação do mercado internacional de café exige dos poderes governamentais políticas visando reduzir as safras pelos programas de erradicação de pés de café (KOHLHEPP, 1991, p. 80). Tais iniciativas já vinham desde 1961 quando o governo brasileiro cria o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), apoiado no Programa de Racionalização da Cafeicultura que previa, como uma de suas metas, a diversificação de culturas nas áreas liberadas com a erradicação do café (MORO, 2000, p. 353-354).

Em face ao momento crítico, surgem várias cooperativas de cafeicultores no norte do Paraná como tentativa de amenizar os efeitos sobre os produtores, a grande maioria formada por pequenos proprietários que adquiriram seus lotes junto às companhias colonizadoras.

As cooperativas, sobretudo de cafeicultores, criadas por incentivo do governo (através do Instituto Brasileiro do Café - IBC) e representando uma saída aos produtores, atuaram como elementos de difusão da modernização agropecuária, estimulando e “provocando” a introdução de lavouras chamadas modernas, sobretudo a soja. A sua estrutura organizacional e relacionamento direto com os produtores facilitaram o papel das mesmas, que encontraram no Estado seu principal aliado. (FAJARDO, 2000, p. 3).

A crise na cafeicultura instala-se reforçada real e simbolicamente pelas constantes geadas que iam destruindo os cafezais (com destaque para o ano de 1975). Foi esse o período em que as lavouras “modernas” (principalmente soja e trigo) desenvolvem-se decisivamente em substituição ao café. E foi essa a orientação das políticas públicas do governo brasileiro: desestimular a continuidade da cafeicultura (que encontra reforço nas geadas).

Para conseguir atingir seus objetivos, o governo gerou uma política de desestímulo à cafeicultura e de estímulo à cultura de oleaginosas, em rotação com o trigo. Para tanto, colocou a disposição dos agricultores uma série de subsídios oficiais, com finalidade de agilizar o processo. Ao contrário, para a cafeicultura a política oficial foi de completo desestímulo. (MORO, 1990, p. 155-156).

A transformação na base técnica da produção levou essas lavouras mecanizadas a um processo rápido de expansão nos anos de 1970 em detrimento da uma drástica redução na produção de café (TRINTIN, 1993, p. 78). Enquanto isso, a soja passa a ser o produto de maior dinamismo naquela década (ROLIM, 1995, p. 63).

O sucesso da soja em substituição ao café no Norte do Paraná, se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. (FAJARDO, 2000, p. 17).

É bom lembrar que a expansão da soja não ocorreu somente no norte paranaense, mas em todo estado além de atingir várias regiões do Brasil a partir dos anos de 1980, chegando a áreas de

Cerrado nos anos de 1990. Mas no caso do norte paranaense essa cultura teve um papel fundamental para o crescimento da economia estadual. O cultivo intercalado com o trigo (a cultura de inverno) formando o binômio soja-trigo, possibilitou um aproveitamento dessas terras mecanizáveis (KOHLHEPP, 1991, p. 85). Além disso, a presença na região de outras lavouras como milho e cana-de-açúcar no final dos anos de 1970 (motivado pelo PROÁLCOOL) a produção agrícola apresentou certa diversidade que caracterizou o dinamismo naquele momento.

O norte paranaense foi assim ocupado a partir dos interesses da expansão agrícola em uma zona ainda desocupada se desenvolveu a partir do aproveitamento intenso dessas terras com uma lavoura destinada à exportação, o café, tendo na soja e na agroindustrialização o papel que definiu o seu perfil agrícola e agroindustrial.

Tal condição foi alcançada no Paraná (BRANDENBURG e FERREIRA, 1995, p. 65) às custas de uma re-estruturação agrária que expulsou um imenso contingente populacional oriundo do campo para os centros urbanos (dos pólos regionais, no caso do norte Londrina, Maringá, Apucarana, cidades que tiveram um salto na população urbana após a modernização, são exemplificativos) ou outras regiões brasileiras como as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e do Norte (KOHLHEPP, 1991, p. 87-91).

Assim, uma importante mudança na paisagem rural, foi em relação à concentração fundiária no norte paranaense. Esta está associada à modernização tendo em vista o fato de que muitos produtores não estavam equipados para a substituição do café, sendo forçados a vender ou arrendar as propriedades para o cultivo das lavouras modernas (MORO, 1995, p. 82). Desse modo, a incorporação de novas áreas de terra àquelas já existentes gerou concentração.

Particularidades da ocupação do oeste e sudoeste do Paraná

A parte ocidental do Estado do Paraná foi aquela que concluiu o processo de ocupação mais recentemente⁵. Partindo de núcleos mais antigos como Guarapuava e Palmas (BERNARDES, 1953, p. 341) a frente pioneira avançava para oeste por iniciativas particulares ou oficiais. Inicialmente colonização era esparsa e freqüentemente nômade e de exploração ao longo das bacias hidrográficas, nas matas de araucárias, como lembra Nicholls (1971, p.38):

As áreas de araucárias mais acessíveis eram invadidas pelo lenhador que devastava essas áreas florestais sem levar em consideração a sua preservação, e pelo safrista que queimava a floresta, plantava e, após a colheita, deixava aos porcos a tarefa de limpar o terreno, pois estes se alimentavam com todo tipo de resto das plantações. Depois, então, havia, novo plantio, e, decorridos alguns anos, o safrista mudava-se para repetir o ciclo em outro lugar.

Ao tratar das regiões este e sudoeste⁶ do Paraná deve-se aí incluir toda a vasta área que confunde seus extremos oeste, sudoeste e sul com os extremos do próprio estado (PADIS, 1981, p. 147). A ligação mais próxima a essa extensa região era o trecho da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que cortava Guarapuava, sendo que com a construção das primeiras estradas

⁵ Exclui-se aqui o povoamento por parte dos espanhóis presentes desde o final do século XVI, ocupando uma área que antes pertencia à Espanha (de acordo com o Tratado de Tordesilhas). Estes adentraram o território, hoje paranaense, a partir do atual Paraguai quando fundaram diversos povoados e reduções jesuíticas, com população formada basicamente dos povos nativos (PADIS, 1981, p. 15-18). Desse modo, lembrando Sposito (2004b, p. 29), para compreender a formação territorial dessa região é preciso considerar aspectos históricos que não começam pelo papel das tribos que ali viveram, mas pela implantação das relações capitalistas de produção.

⁶ Na sua análise Pedro Calil Padis (1981, p. 147-181) considera essa região como Sudoeste paranaense. Há muitas divergências quanto à definição exata do que seria o Oeste e o Sudoeste do Paraná devido ao fato dessa grande área que cobre, segundo o referido autor, aproximadamente 66, 5 mil km², ter passado por várias regionalizações na medida em que o e Paraná ia sendo ocupado. E vale lembrar que quando da fundação de núcleos como Guarapuava em 1819, a maior parte do território paranaense, que na época era parte da Província de São Paulo, era totalmente desocupada e nesse vazio demográfico, no momento da fundação da Província do Paraná em 1853, toda a parte mais ocidental (incluindo o norte) era considerada "oeste" a ser desbravado.

fazendo a ligação leste-oeste permitiram o início da colonização pública (NICHOLLS, 1971, p. 38). Contando os municípios mais antigos (como Guarapuava, Palmas e União da Vitória), foram fundados na região no final do século XIX (sobretudo próxima a Guarapuava) outros 18 núcleos, além das colônias militares surgidas das preocupações com as questões de limite com a Argentina em função do Contestado, como Foz do Iguaçu e Chopin⁷ (PADIS, 1981, p. 149). Mesmo assim, a maior parte da região permaneceu despovoada até as primeiras décadas do século XX.

Havia a preocupação e interesses em expandir o povoamento até o Rio Paraná, que ocorreu de modo não muito organizado como no caso do norte, como se observa na descrição de Bernardes (1952, p. 445):

O que se verificou na ocupação da maior parte do oeste foi um vasto assalto às terras devolutas do estado ou a grandes glebas particulares por caboclos luso-brasileiros ou por descendentes de europeus, geralmente eslavos, que se deslocavam e ainda se deslocam das colônias do leste. Um novo termo passou a ter grande circulação designando estes povoadores – “intruso”; por derivação, “terra intrusada” é a terra particular ou devoluta que sem estar à venda e muito menos dividida em lotes é invadida e ocupada por esses indivíduos na ânsia de novos solos. Aos elementos que se radicam, aliás muitos assim procedem, o estado concede a posse da terra a cabo de certo número de anos de ocupação e de acordo com a área a ser aproveitada.

Mesmo com a iniciativa governamental de colonização oficial dirigida, concedendo grandes extensões de terras a empresas particulares⁸ com o compromisso de colonizá-las, houve uma demora em iniciar o processo. O atraso devia-se ao fato de essas empresas aguardarem mais estímulos financeiros e um melhoramento das condições de comunicação (BERNARDES, 1953, p. 343). No entanto, permanecia o fluxo de pessoas para a região ampliando também o número de posseiros.

Na região onde está atualmente delimitado o Sudoeste⁹ paranaense (a mesorregião geográfica), a migração em boa era de agricultores sem terra oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que acabavam se tornando posseiros. E quando nos anos de 1940 essa ocupação espontânea representa perigo à ordem e os interesses do Estado e na implantação de relações capitalistas de produção, uma ação governamental foi motivada com a criação, por exemplo, da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO em 1943 (SPOSITO, 2004b, p. 30). Tal demonstração geopolítica do papel do Estado visava organizar a ocupação com a concessão pública de lotes, legalizando as posses.

Com a ocupação maciça da região só viria então, a chegada de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir da década de 1920 (PADIS, 1981, p. 149-150) se estende durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. Essa população que acabou juntando-se aos caboclos, moradores mais antigos e reproduzindo aí sua subsistência. As condições de vida eram precárias e os recursos investidos escassos.

A região oeste do Paraná não possuía um atrativo empresarial¹⁰ tal qual ocorreu com o café no norte paranaense, com o capital fluindo de São Paulo para o Paraná facilmente, apesar da

⁷ Houve alteração na grafia do nome desse núcleo que apresenta-se como “Xopim” no início (BERNARDES, 1953, p. 341) e atualmente têm-se o município de Chopinzinho originado da fundação dessa colônia militar em 1882. Já Foz do Iguaçu teve sua fundação como colônia militar em 1888.

⁸ Entre essas empresas estão a E. F. São Paulo - Rio Grande, Silva jardim, Miguel Mate, Cia. de Mate Laranjeira, Cia. de Madeiras Alto Paraná (com sede na Argentina), Meyer, Anes e Cia. Ltda. entre que adquiriram glebas com intuito claro de exploração econômica com exceção da última que realmente realizou uma obra colonizadora outras (BERNARDES, 1953, p. 344).

⁹ Essa região não inclui o atual Oeste paranaense, outra mesorregião tratada no presente capítulo em conjunto com o referido Sudoeste.

¹⁰ A erva-mate normalmente atraía migrantes para o oeste e sudoeste do Paraná e a exploração associada com a pecuária (SPOSITO, 2004b, p. 30), entretanto jamais comparável ao estímulo do café no norte paranaense. Nem mesmo a riqueza da madeira dos pinheirais iguala-se como atrativo econômico à produção cafeeira.

existência de solos férteis e abundância de madeira (NICHOLLS, 1971, p. 39-40). Os colonos se estabeleceram em pequenos lotes em propriedades familiares.

Essas populações de origem italiana e alemã, por causa das condicionantes sócio-culturais da sua estruturação criaram uma economia relativamente fechada, que, no mais das vezes, tinha o objetivo a auto-suficiência. Assim é que, ao mesmo tempo em que desenvolviam culturas de trigo, milho, batata e frutas, incentivavam – embora em pequena escala – a criação de bovinos e suínos, desenvolviam atividades artesanais de fiação de tecelagem, fabricavam vinho, moíam trigo etc. Tais atividades se desenvolviam em um nível tecnológico relativamente baixo, com pouca mecanização, apesar de certa especialização de atividades e, conseqüentemente, de uma visível divisão do trabalho. (PADIS, 191, p. 167).

Foram então surgindo povoados e crescendo em população àqueles já existentes com fluxos de migrantes vindos do sul. Destaca-se na zona ocupada inicialmente Pato Branco e General Osório e Cascavel, Toledo (colonizada por ítalo-brasileiros vindos de Caxias do Sul em 1947) além de zonas mais ao norte como Manuel Ribas e a região próxima a Campo Mourão¹¹ (BERNARDES, 1953, p. 347-349) em colônias entre o Rio Piquiri, Iguaçu e Paraná, alcançando as fronteiras com a Argentina, além da divisa com Santa Catarina nos anos de 1950.

Nos anos de 1930, a exploração da erva mate e a criação de porcos eram as atividades econômicas mais importantes na região. As “empresas de fronteira” como a Pastoriza, foram organizadas por empresários argentinos, que vendiam a erva-mate em Barracão, Palmas, Clevelândia ou União da Vitória, para onde eram levadas em lombo de burro pelas “picadas” existentes. (SPOSITO, 2004b, p. 30).

Como resultado dessa ocupação, toda a região acabou caracterizando-se não apenas do ponto de vista das origens gaúchas e catarinenses da população, mas, economicamente, como área de produção agrícola. No decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980 o relativo atraso econômico desse grande espaço, convertido depois em duas principais regiões: Sudoeste e Extremo-Oeste (depois somente denominado Oeste) persistiu. Entretanto, enquanto o Paraná no seu conjunto perdia população nos anos de 1970, parte do Sudoeste teve um crescimento demográfico nessa década, enfraquecido mais tarde quando a área rural e dos pequenos centros urbanos se tornam deficitários (SPOSITO, 2004b, p. 33), e conseqüentemente, começa também a perder população.

Por outro lado, atualmente, o crescimento de alguns setores como a avicultura e suinocultura (típicos da região) além da modernização agrícola que chega, consolidada, nos anos de 1980, dão novos aspectos¹² à economia regional.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA E NO ESPAÇO RURAL DO PARANÁ

Observando mais a fundo os resultados da ação econômica no espaço rural no Paraná, chegamos à constatação de território e uma paisagem, completamente modificados pelos processos de transformação da estrutura produtiva e fundiária.

Atualmente, no cotidiano da paisagem rural paranaense, passaram a ser lugar comum os conflitos sociais, espelhados nos bóias-frias, nos trabalhadores “sem-terra”, nas invasões de terra, nos assentamentos rurais, nas agrovilas e, simultaneamente, assiste-se um aumento, expressivo, de atividades econômicas e de trabalho rural não-agrícola. (MORO, 2000, p. 355).

Tem-se então a clara visão das transformações territoriais promovidas pelos processos que atingem o campo no Paraná. Do ponto de vista da territorialidade, prevalece a variável econômica no meio rural como definidora de uma paisagem. O reflexo está nas redefinições das atividades

¹¹ Interessante notar que a área de Campo Mourão foi atingida pelas duas frentes, do Norte, com a penetração inclusive da lavoura cafeeira na região, e ocupação pela frente do Oeste-Sudoeste com o estabelecimento de várias colônias próximas a atual sede do município. (Ver: HESPANHOL, 1993, p. 21-22).

¹² Algumas cooperativas participaram decisivamente nesses empreendimentos, além da presença de empresas do setor de carnes na região relacionando-se com pequenos produtores., como no caso dos suínos, estudado por Brandenburg e Ferreira (1995).

produtivas, nos processos de modernização agropecuária e agroindustrialização e na seletividade e/ou concentração espacial das atividades.

O Paraná teve seu território explorado, economicamente, em vários momentos que atingiram, de forma segmentada os espaços regionais. Em cada região o impacto na paisagem foi sentido de modo característico àquele tempo e àquela parte do território.

As transformações sócio-econômicas geradas a partir do processo de modernização da agricultura no Estado do Paraná representaram profundas alterações produtivas e fundiárias. A estrutura agrária é modificada em todas as regiões paranaenses. Concretamente, o resultado das transformações materializa-se espacialmente e isso é percebido nas mudanças na utilização da terra, na concentração nas posses das propriedades e nas condições dos produtores e da exploração.

Atualmente, o Governo do Paraná mantém o Estudo de Cadeias Produtivas com “[...] objetivo principal de gerar uma base de informações para referenciar as políticas públicas e o planejamento das organizações públicas e privadas que atuam no agronegócio paranaense”. (PARANÁ, 2006a, n.p.). Esse estudo, que representa uma preocupação permanente das políticas públicas de desenvolvimento regional no Estado, não inclui, atualmente, a cadeia produtiva da soja, o setor mais dinâmico do agronegócio paranaense. Obviamente que o chamado complexo soja adquiriu tamanha proporção no Paraná, que, em meio à competitividade e níveis tecnológicos avançados, torna-se dispensável o auxílio direto do governo estadual. Por sua vez, culturas que já colocaram o Paraná como um dos maiores produtores, como no caso do algodão que teve no início dos anos de 1990 uma redução drástica na área plantada. Como aponta Lourenço (1998, p. 10-11):

A cultura está atravessando um vigoroso processo de modernização, baseado na utilização intensiva de máquinas agrícolas e na exploração de áreas extensas. Por isso, é bastante improvável a reversão da tendência de migração da cotonicultura para o Centro-Oeste brasileiro, região cuja topografia favorece a mecanização e onde prevalecem propriedades maiores. Líder na produção nacional de algodão por um longo período, o Paraná está sendo superado pelos estados do Mato Grosso, Goiás e São Paulo [...]

Esse declínio da cotonicultura provocou alterações nas paisagens rurais paranaenses na última década. Muitas pequenas e médias propriedades que conviviam cotidianamente com essa lavoura que era geradora de grande volume de mão de obra temporária, de repente assistem ao quase desaparecimento da cultura. Esse fato refletiu diretamente na indústria de fios de algodão paranaenses. E várias cooperativas que possuem fiações tiveram que buscar a matéria-prima em outros Estados (FAJARDO, 2000, p.78).

Por outro lado, a regionalização no planejamento continua sendo fundamental ao poder público para a definição das cadeias produtivas mais “aptas” para cada área do território paranaense. Assim, no *Zoneamento*¹³ *Agrícola do Paraná*, o aproveitamento das potencialidades é considerado essencial nas ações governamentais. Tais políticas aproveitaram, ainda, dentro da diversidade regional existente no Paraná as características climáticas de cada região (PARANÁ, 2006, n. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação da capacidade produtiva do Estado parece representar o ponto de partida fundamental para qualquer preocupação em termos de desenvolvimento econômico. Ficam, assim, à mercê dessa prioridade econômica, os aspectos mais sociais das questões regionais.

No âmbito modificações do perfil econômico paranaense, em seu conjunto, as alterações recentes na economia estadual ampliaram a posição do Paraná na economia nacional, que vai conseguindo manter a quinta posição no parque industrial de transformação do país

¹³ Desse zoneamento atual agrícola fazem parte as culturas de: algodão, arroz, batata das águas, café, feijão, fruticultura, milho e trigo. (PARANÁ, 2006b).

(LOURENÇO, 2005b, p. 12). No caso do agronegócio, seu papel continua sendo importante para a economia paranaense, mas dificultado pelas limitações ou empecilhos que também são externos à condução política estadual. A reestruturação produtiva do agronegócio em termos nacionais, afeta o desempenho do Paraná (MACEDO, VIEIRA e MEINERS, 2002, p. 19). Desse modo as estratégias regionais estão condicionadas à competição espacial de outras áreas (como por exemplo do Nordeste e Centro-Oeste) consideradas “ilhas de produtividade”.

A expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais no Paraná ocorre fundada no processo de formação desse “agronegócio” (seletivo e oligopólico) que tem como característica a concentração agroindustrial e a crescente participação de cooperativas (PEREIRA, 1995, p. 47) num setor dominado por grandes e poucas empresas multinacionais (as *trades* agrícolas), responsáveis pela comercialização da maior parte das *commodities* agrícolas no país.

Considerando que os produtos: açúcar, algodão, café, congelados, couros, farelos, madeira, milho, óleo vegetal e soja (além de outros) estão incluídos na pauta produtiva do “agronegócio” paranaense, os números das exportações paranaenses, confirmam a importância das atividades que envolvem a agropecuária e a agroindústria para a economia estadual. Do mesmo modo, tanto as *commodities* agrícolas (como soja e milho), como a produção beneficiada pela agroindústria (como farelos, óleos vegetais e também congelados) têm participação considerável das cooperativas e das *trades*. Esse fato evidencia o perfil econômico paranaense atual.

O Paraná é caracterizado nos últimos anos pela expansão em atividades industriais diversificadas, como a metal-mecânica advinda da instalação das montadoras de automóveis na região metropolitana de Curitiba, mas também pela manutenção e crescimento das atividades agropecuárias e agroindustriais, com forte peso nas regiões do interior do Estado.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial**: o caso da Cocari, Mandaguari-PR. Maringá: UEM (Dissertação de Mestrado), 2000.

GEIGER, Pedro Pinchas. Divisão regional e problema regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 32, 1970.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do estado do Paraná**. Curitiba: IparDES, ago. 2005.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53 (2): 79-94, abr./jun. 1991.

KONZEN, Otto Guilherme; ZAPAROLLI, Irene Domenes. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 28 (4): 155-173. Out./Dez. 1990.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Cenários do agronegócio do Paraná: restrições e oportunidades. **Análise Conjuntural**, v. 20, n. 7-8, jul./ago. 1998, p. 3-11.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba, BADEP/Universidade Federal do Paraná/Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. 1968.

MACEDO, Mariano de Matos; VIEIRA, Viviane Fiedler; MEINERS, Wilhelm Eduard Milward de Azevedo. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de**

Desenvolvimento, Curitiba, n. 103, p.5-22, jul./dez. 2002.

MORO, Dalton Áureo. Transformações sócioespaciais decorrentes da modernização da agricultura no Estado do Paraná. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 15, 2000, Goiânia. Anais: comunicações. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2000. p. 352-355.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 26, 1971.

OLIVEIRA, Dennilson de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, Hucitec, 1981.

PARANÁ. Governo do Estado. **Estudo de Cadeias Produtivas para Prospecção de Demandas do Agronegócio Paranaense**. SEAB/IAPAR. Disponível em: < <http://www.pr.gov.br/cadeias> >. Acesso em: 20/01/2006.

PEREIRA, Laércio Barbosa. Análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense: período 1970-85. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 34, nº 2, nov./dez.. 1995. p. 31-49.

ROLIM, Cássio F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, -. 49-99.

SANTOS, Carlos R. A. dos. **Vida material e vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 46, dez. 1971, p. 38-87.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre; SPOSITO, Eliseu Saverio; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

THERY, Hervé. Retrato cartográfico estatístico. In: SACHS, Ignay; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 394-417.

TRINTIN, Jaime Graciano. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. **A Economia em Revista**. Maringá, nº 2, 1993.